

SE TEM PLACA, TEM HISTÓRIA – um relato de experiência vivida no 24 °

Congresso Brasileiro de Psicodrama e Sociodrama

Mayara Pompeo dos Santos¹

Alessandra Mattar Salles²

Fernanda Fiorenza Moreno Bigheti³

Gabriela Conde Della Togna⁴

Isabela Vieira de Almeida⁵

RESUMO

Quando pensamos no mundo que queremos, pensamos em um mundo com igualdade de gênero. Um mundo em que mulheres não sejam sobrecarregadas, subjugadas, colocadas como loucas, inadequadas ou exageradas. Um mundo em que para nós, mulheres, é permitido viver com segurança, saúde e liberdade de escolhas. Nos últimos anos, a violência contra a mulher segue em números crescentes e alarmantes. Nós como mulheres e reconhecendo a necessidade de espaços seguros para falar das dores deste papel na sociedade em que vivemos, com todos os seus recortes, apresentamos a atividade “Se tem placa, tem história” para falar sobre os avanços que nós mulheres conquistamos ao longo dos anos e muitas vezes não sabemos, além de acolher as dores que surgem das estagnações presentes nas leis e em nossas relações que seguem sob uma ótica antiquada, machista e patriarcal. O relato de experiência que se segue elabora, sob a luz da siconomia, a vivência “Se tem placa, tem história”, construída por meio do Método Educacional Psicodramático de Maria Alicia Romã e considerando Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como Igualdade de gênero, Redução das desigualdades e Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Palavras chave: psicodrama; método educacional psicodramático; direitos das mulheres; igualdade de gênero; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

When we think about the world we want, we envision a world with gender equality. A world where women are not burdened, subjugated, labeled as crazy, inadequate or exaggerated. A world where we, as women, are allowed to live with safety, health, and freedom of choice. In recent years, violence against women has continued to rise at alarming rates. Us as women and recognizing the need for safe spaces to talk about the pains of this role in the society we live in, with all its nuances, we presented the activity “If there’s a sign, there’s a story” to discuss the advances we, as women, have made over the years often without knowing and to acknowledge the pains that arise from the stagnation in the law system and in our relationships, which continue to be viewed through an outdated, sexist and patriarchal lens. The following experience report elaborates under the light of siconomy the experience of “If there’s a sign, there’s a story”, constructed through the Educational Psychodramatic Method of Maria Alicia

¹ Psicóloga pela Universidade Guarulhos e Especialização em psicodrama didata pela ABPS (Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama). E-mail: pompeo.psi@gmail.com

² Alessandra Salles - Psicologia Universidade Presbiteriano Mackenzie, especialização psicodrama ABPS. E-mail: psi.alessandrasalles@gmail.com

³ Psicóloga pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, especialização psicodrama ABPS (Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama). E-mail: fe-fmb@hotmail.com

⁴ Psicóloga pela Universidade Presbiteriano Mackenzie, especialização psicodrama ABPS (Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama). E-mail: gabicdt@gmail.com

⁵ Psicóloga pela Universidade de Taubaté, especialização psicodrama ABPS (Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama). E-mail: isabela-almeida@hotmail.com

Romaña and considering sustainable development goals such as Gender Equality, Reduction of Inequalities and Peace, Justice and Effective Institutions.

Keywords: psychodrama; educational psychodramatic method; women's rights; gender equality; sustainable development goals.

1 INTRODUÇÃO

Não é preciso ir longe para refletir sobre a importância de respostas novas no contexto de cidadania. Ao olharmos historicamente para nosso País e considerarmos, por exemplo, que somente em 1932 as mulheres conquistaram direito ao voto, apesar de tal direito ser pleiteado desde 1891 (Conquistas [...], 2020). Será que deveríamos levar cinquenta anos para dar respostas novas e criativas? Teria a educação um papel fundamental no avanço de direitos sociais igualitários e na prática de nossa cidadania? Pode não ser à toa que a primeira conquista da luta feminista no Brasil foi a permissão para que meninas frequentassem colégios além do estudo primário, em 1827 (Conquistas [...], 2020).

Se olharmos para o panorama contemporâneo, a violência contra a mulher tem crescido drasticamente, sendo perpassada por questões socioeconômicas, educacionais e raciais, como vemos em uma pesquisa realizada pelo Fórum de Segurança e Datafolha. As pautas para alcançar a igualdade de gênero e combater a discriminação e a violência contra as mulheres continuam sendo cruciais no plano de desenvolvimento sustentável da ONU para o Brasil, de forma que, em consenso, a educação e a disseminação de informações surgem como uma recomendação para alcançar o empoderamento feminino e a diminuição das desigualdades sofridas. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; ONU Mulheres, 2023).

Partindo dessas reflexões, apresentamos neste artigo a descrição e discussão da vivência “Se tem placa, tem história”, realizada no 24º Congresso Brasileiro de Psicodrama e Sociodrama, em Belo Horizonte, com cerca de trinta participantes, em que buscou-se criar um espaço de mulheres, para mulheres, dando a possibilidade de acolher, elaborar e coconstruir o papel da mulher na sociedade.

2 SE TEM PLACA, TEM HISTÓRIA

Apesar de comumente relatos de experiências começarem com a chegada dos participantes da atividade, gostaríamos de iniciar este relato com dois eventos prévios que consideramos essenciais para o aquecimento da vivência: a divulgação realizada a respeito da

vivência durante o Congresso, destacando que a atividade seria voltada somente para o público feminino, foi um ponto crucial de escolha e de aquecimento para o encontro vivido. A temática da vivência “Se tem placa, tem história”, caracteriza-se como forma de educação informal, uma vez que não está conectada a nenhum processo de aprendizagem escolar, e visa coconstruir conhecimentos. A partir destes, estimular a prática cidadã a fim de possibilitar a ampliação do protagonismo das mulheres, mostrou-se interessante tanto por seu título chamativo, quanto pelo espaço seguro que promoveu em sua proposta; consideramos também a construção de nossa unidade funcional (U.F.), sociometricamente alinhada, composta por cinco mulheres que já se conheciam, assim como conheciam o trabalho a ser dirigido, formadas pela mesma instituição e que durante o evento compartilharam a estadia em um Airbnb, fato que permitiu o alinhamento da atividade na noite anterior, assim como o alívio de tensões e medos ao propiciar a U.F. maior confiança entre si. Tendo esses como nossos pontos de partida, iniciamos a vivência antes mesmo de ela começar.

Na manhã do terceiro dia do 24º Congresso Brasileiro de Psicodrama, a Unidade Funcional organizou a sala previamente por considerar a recepção das mulheres interessadas como parte importante da construção do vínculo grupal. Dessa forma, conforme as mulheres entraram na sala (e o medo de não comparecer ninguém para a atividade desaparecia), dava-se início também ao aquecimento inespecífico, partindo de informações do contexto social, a diretora conversava sobre as expectativas de cada mulher presente. Nesse momento, notamos que o aquecimento, para algumas, se iniciou na escolha do tema de uma vivência só para mulheres; outras se fizeram presentes pelo vínculo construído com a Diretora e Egos Auxiliares em outras vivências do Congresso; tivemos também mulheres que, após vivenciarem falta de acessibilidade ao evento, não conseguiram entrar na sala que gostariam e optaram por participar do nosso encontro. Todas as mulheres foram ouvidas e acolhidas sem julgamentos, construindo assim um espaço confortável tanto para quem queria quanto para quem não pretendia estar naquele local. Nessa etapa, também realizamos a apresentação da Diretora e suas Egos Auxiliares, em sua estreia como Unidade Funcional e Direção de grupos em um congresso, estabelecendo o contexto grupal. A diretora escolheu um alongamento como iniciador físico, alertando o corpo para a atividade: foi proposto ao grupo que se alongasse e, em seguida, caminhasse pelo espaço para que cada mulher se percebesse, entrando no aquecimento específico. Ao som de *Cotidiano*, de Chico Buarque, foram introduzidas placas de trânsito que ditavam esse “caminhar”. As placas surgiram na ordem:  Siga em frente,  Vire à direita,  Vire à esquerda,  Vire à direita,  Siga em frente,  Não siga em frente – placa

escolhida também para exercitar a espontaneidade e a criatividade das mulheres no grupo ao encontrar formas de caminhar fora de uma conserva, ⤴ Siga em frente e ⤴ Pare.

A vivência, construída com base na Metodologia Educacional Psicodramática (MEP) de Maria Alicia Romana, tem como proposta uma imersão gradual na temática, sendo que a ordem das placas apresentadas possui grande relevância. Inicia-se a etapa da dramatização no Plano Real, caracterizado por envolver a representação de situações concretas, situações vividas, coisas e objetos parcial ou totalmente conhecidos. Para a dramatização no plano real, a diretora pediu que as mulheres concretizassem as placas apresentadas considerando a pergunta “Qual a sua história, placa?”. Conforme alinhado previamente com a unidade funcional, a primeira placa apresentada seria concretizada pelas Egos Auxiliares como exemplo e as demais pelas participantes. As placas utilizadas foram:

Imagem 1 – Placa 1: Se beber, não dirija - utilizada como exemplo



Fonte: acervo das autoras.

Todas compreenderam, e a atividade ocorreu com as seguintes placas:

Imagem 2 – Placa 2: Não roube a bolinha



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 3 – Placa 3: Mudança de endereço



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 4 – Placa 4: Não urine, está sendo filmado



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 5 – Placa 5: Bebidas alcoólicas após 9h



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 6 – Placa 6 - Saia do prédio em chamas antes de usar o celular



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 7 – Placa 7: A balança está certa



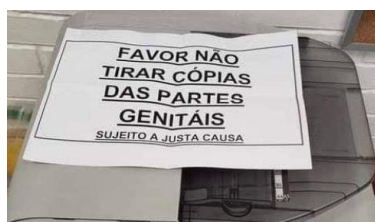
Fonte: acervo das autoras.

Imagem 8 – Placa 8: Proibido palavras de baixo calão durante os parabéns



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 9 – Placa 9: Proibido xerocar genitálias



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 10 – Placa 10: A atendente está sendo simpática



Fonte: acervo das autoras.

Imagem 11 – Placa 11: Proibido Sarrar.



Fonte: acervo das autoras.

As mulheres, em seu tempo, tomaram o palco e, à medida que as placas avançavam, se mostraram cada vez mais aquecidas na temática. Foi respeitado o tempo das mulheres durante esta etapa, reforçando também o papel de Ego Auxiliar, que não precisa entrar em cena se o grupo assim o faz. Destacamos aqui a relação da cena temida da U.F. e a paciência necessária em sustentar o silêncio, permitindo que as mulheres pudessem utilizar o tempo necessário para entender as placas, como se sentiam diante delas e assim criar. Terminou esse momento com comentários a respeito das placas 10, 11 e 12 com situações vividas em suas vidas pessoais. O grupo analisou as placas, compreendendo suas implicações no contexto social e, sobretudo, o que fez com que estas fossem necessárias. Buscar a “história das placas” propiciou uma análise de suas necessidades.

Em seguida entramos no Plano Simbólico. Foram apresentadas ilustrações de leis representadas também por placas, afinal “Se tem lei, também tem história”, e foi perguntado às mulheres: em que momento tal lei passou a integrar nossa constituição e por que elas foram criadas? Como as mulheres viveram esses momentos? Como elas se sentiam nessas histórias, com estas placas, com estas leis sobre a mulher na sociedade?

As leis utilizadas para a atividade foram (Conquistas [...], 2020):

Placa 12.  É proibido assediar – Lei nº 13,718/2018, que caracteriza o assédio como crime (Brasil, 2018);

Placa 13.  É proibido agredir – Lei nº 11,340/2006, sancionada para combater a violência contra a mulher (Brasil, 2006);

Placa 14.  É permitido à mulher ter cartão de crédito – Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito, aprovada em 1974;

Placa 15.  Mulher pode estudar – Lei Geral promulgada em 15 de outubro de 1827, a qual autoriza mulheres a ingressar em colégios além da escola primária;

Placa 16.  Mulher pode trabalhar – Lei nº 4.121/1962 permite que mulheres casadas não precisem mais da autorização do marido para trabalhar (Brasil, 1962);

Placa 17.  Mulheres e homens são iguais – A Constituição de 1988 passa a considerar legalmente as mulheres como iguais aos homens (Brasil, [2023]).

A atividade promoveu que cada integrante pudesse se perceber como mulher cidadã. As leis, que foram apresentadas individualmente, eram consideradas partes menores de um todo: O Ser Mulher. Com isso, houve uma contextualização sobre a visão legal da desigualdade de gênero e os aspectos comumente associados ao papel de Mulher. O Plano simbólico permitiu às mulheres expressarem suas emoções e sentimentos, as placas ocuparam um lugar simbólico e metafórico, assim as mulheres puderam explorar e processar questões emocionais, conflitos internos, e aprofundar a compreensão que tinham de si, dos outros e do contexto apresentado. Surgiram diversos comentários e vivências que, por si sós, poderiam ser dramatizados, ponto este destacado pelas Egos Auxiliares que discretamente pontuaram à direção a existência de algumas emergentes grupais.

Voltamos, naquele momento, novamente à importância da boa sociometria desta U.F. Apesar de a atividade já ter ocorrido em outros momentos pela diretora, foi a primeira Direção em um congresso e feita para psicodramatistas, gerando certo campo tenso. Considerando isso, as Egos Auxiliares pontuaram a presença de emergentes grupais enquanto acolhiam a Diretora, reafirmando que, caso ela se sentisse confortável, seria interessante dramatizar as cenas emergentes. No planejamento original da atividade, sairíamos do plano simbólico e daríamos continuidade ao plano da fantasia, ao pedir para que as mulheres construíssem placas sobre suas histórias e, após compartilhar suas criações, na etapa do compartilhar, sintetizariam o que sentiram em uma grande placa grupal, não ocorrendo dramatizações de cenas. Contudo, o

cuidado, a tele e a confiança estabelecida entre a unidade funcional foram essenciais para que a Diretora optasse por mudar o planejamento e a cadência da atividade.

Vendo a mobilização que a temática gerou nas mulheres, a Diretora optou por seguir no plano da Fantasia com a criação de placas individuais como uma forma de permitir que todas pudessem externalizar o que sentiram, independentemente das cenas que pudessem surgir. Pediu-se, então, para que as Mulheres pensassem a respeito de suas histórias e criassem placas considerando a frase "E qual a placa das nossas histórias?". Enquanto as mulheres utilizavam o material gráfico disponível (folhas sulfites, canetinhas, giz de cera, lápis de cor, papéis coloridos, cola, fita crepe e marca-textos), a Diretora se aproximou de cada Ego Auxiliar confirmando a mudança de planos. As Egos foram informadas de que, após a exposição das placas, a atividade seguiria um rumo sociodramático, permitindo ao grupo escolher protagonistas e cenas a serem dramatizadas. A Diretora passou também a instrução de que, caso alguma cena de violência surgisse, seria importante que as Egos entrassem em cena, considerando que a proposta não era revitimizar nenhuma mulher, mas sim acolher e proteger todas as participantes.

Após finalizarem suas placas, as mulheres compartilharam suas criações. Houve diversos aspectos do Ser Mulher, alguns relacionados à maternidade ou à não escolha da maternidade, à liberdade de escolha, às possibilidades, ao assédio ao corpo feminino, ao cansaço com atividades, ao julgamento da sociedade, à sobrecarga e à não compreensão, que surgiram em diversos níveis. Apesar das placas diferentes, todas as mulheres se sentiram representadas pelas criações, independentemente de suas vivências ou idades.

O fenômeno tele foi proporcionado devido à percepção que cada mulher pôde ter de si, considerando suas necessidades, desejos e dificuldades enquanto mulher, trabalhando as fases da matriz de identidade do papel de mulher cidadã. Essa percepção individual permitiu, posteriormente, a percepção de si mesmas de forma coletiva, levando à reflexão, conscientização e cocriação do papel de mulher cidadã.

Ao criarem as placas individuais, as mulheres combinaram suas experiências de vida, as informações recebidas, as indignações e emoções que ressoaram no grupo. A união de tais vivências e subjetividades resultou no processo de generalização do conteúdo apresentado e cocriado até então. As placas também atuaram como vários duplos, dando voz aos sentimentos do grupo.

As mulheres foram convidadas a compartilhar suas histórias. Muitas se emocionaram, inclusive a Diretora, com o conteúdo compartilhado. Nesse ponto, a Diretora se pronunciou,

dizendo ser difícil não chorar, sabendo o que é ser mulher, mas que a atividade continuaria, e propôs ao grupo a construção de Cenas Sociodramáticas, frisando não ser o objetivo desenvolver um psicodrama, mas sim manter o olhar para o grupo.

A primeira mulher a se pronunciar se levantou, emocionada e comentou estar esperando por esse espaço ao longo de todo o Congresso. Agradeceu pela oportunidade de vivenciar esse momento e externalizou como se sentia enquanto mulher na sociedade. Foi convidada a dramatizar, mas se disse contemplada ao verbalizar como se sentia. Uma segunda participante resgatou um comentário realizado pela Diretora durante o Aquecimento Inespecífico: “Não podemos garantir a alegria, mas estamos aqui para garantir um espaço seguro”, e reforçou que sentia a segurança no local para poder expressar como se sentia. Tivemos então a presença de uma emergente grupal, que compartilhou com o grupo uma vivência de assédio sofrida na noite anterior durante sua apresentação no evento do Sarau, momento sócio-cultural do Congresso.

A mulher, emergente grupal, se apresentou enquanto psicodramatista e também artista e verbalizou a angústia de ser tida como “louca e inadequada”. O grupo passou a pedir cenas e movimentos da mulher que, ainda sentada, se emocionava e não sabia muito bem como se expressar. Existia ali a consciência de que, nem sempre, a protagonista escolhida pelo grupo se sentia confortável em ocupar esse papel. A Diretora, então, buscando garantir a segurança da emergente grupal, pediu delicadamente que a plateia se acalmasse, agachada ao lado da protagonista, segurou sua mão e lhe perguntou se ela teria vontade de levar para o palco o que não conseguia expressar. Foi feito um convite ao encontro. Naquele momento, com a plateia atenta e em silêncio, a protagonista se via em dúvida se era capaz ou não de agir de uma maneira diferente e, segurando a mão da Diretora, disse querer tentar.

A protagonista escolheu performar sua apresentação. Informou a música para as Egos Auxiliares e, sem ter os adereços que utilizou na noite anterior, se pôs a dançar. Após ser aplaudida pela plateia, relatou ter se sentido mais leve e que, apesar de ter pensado em desistir de seu papel de artista, se viu novamente espontânea e criativa, podendo lidar com a situação. A plateia, emocionada, se sentiu levada a dançar junto com a Protagonista e, dessa forma, a música foi tocada novamente para que todas vivenciassem esse momento catártico.

Chegando ao fim da vivência, as mulheres foram convidadas a compartilhar como se sentiram. Todas reforçaram estar satisfeitas com o que vivenciaram, felizes por estarem naquele espaço seguro e de acolhimento. Algumas retomaram as expectativas que trouxeram no início da vivência. As mulheres que não optaram por estar ali se sentiram contempladas e saíram mais leves e felizes pela oportunidade de vivenciar aquele momento. As que escolheram a vivência

pelo vínculo com a U.F. expressaram a satisfação de poder estar presente na vivência. Em consenso, o grupo destacou que o espaço foi importante para acolher e expressar o que carregavam ao longo do Congresso, assim como a possibilidade de olhar ao redor e, apesar de não termos soluções para tudo que nos afeta fora do contexto grupal, saber que enquanto mulheres não estão sós e não são necessariamente loucas ou inadequadas em suas necessidades. A atividade proporcionou a criação de redes de apoio e acolhimento, fortalecendo as mulheres em seus papéis de forma individual e coletiva, sendo encerrada com a música *Maria, Maria*, interpretada por Elis Regina.

3 CONCLUSÃO

A cidadania é um conceito complexo e mutável que se relaciona com a participação na vida política, social e cultural de uma sociedade. Ela não é apenas um direito, mas também uma responsabilidade que envolve o exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Ela se inicia no indivíduo e é cocriada em sociedade. No entanto, a cidadania não é uma conquista garantida para todos, especialmente para as mulheres, ao longo da história, fazendo-se importante o processo de conscientização e educação para mobilizações em prol de igualdade de gênero e formação de redes de apoio.

O processo de autopercepção das integrantes e percepção de umas às outras também atravessa os conceitos de matriz de identidade e teoria de papéis. É preciso me ver para ver o outro como ele realmente é e, assim, ter relações mais télicas (logo, mais saudáveis). Ao mesmo tempo, deixa em evidência aspectos do papel de mulher impostos pela cultura que vivemos como ser cuidadora, ser mãe, não poder se irritar, ser objetificada e ter de ser forte. Da mesma forma, deixa em evidência conservas que favorecem a transferência de características que absorvem responsabilidades de indivíduos que não se posicionam no papel de mulher, impedindo-os de perceber telicamente mulheres e suas necessidades e limites.

A partir da proposta vivencial, foi possível desenvolver um processo de aprendizagem que permitiu às mulheres analisarem e realizarem uma síntese da legislação vigente, bem como do papel desta atualmente na sociedade, assim refletir sobre suas necessidades atuais, e quiçá futuras necessidades e ações como mulheres cidadãs.

Nesse panorama, o MEP, desenvolvido por María Alicia Romana, desempenha um papel significativo na coconstrução da cidadania e na luta contra a desigualdade de gênero, especialmente quando aplicado em contextos educacionais. Seu uso promove a criatividade e a

espontaneidade, ao enfatizar tais aspectos na aprendizagem e no desenvolvimento pessoal como características fundamentais para a obtenção de novas respostas para situações vividas e adaptações a mudanças. No contexto da cidadania, pensando na igualdade de gênero, a criatividade e a espontaneidade podem ajudar na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção de relações mais igualitárias, oferecendo um espaço seguro para desafiar e questionar conservas culturais machistas. As atividades dramáticas permitem a experimentação de diversas perspectivas e contextos, possibilitando vivenciar cenários que desafiam normas de gênero prejudiciais, sensibilizando as participantes para as questões de desigualdade e promovendo a conscientização, além de se mostrar uma abordagem educacional emancipatória, promovendo a conscientização crítica, o diálogo e a problematização de questões sociais, incentivando não só a reflexão mas também a coconstrução de ações, fazendo com que o método não se limite à sala de aula, podendo se estender para a sociedade, apresentando-se como uma metodologia ativa na educação informal. Ao capacitar os participantes a se tornarem agentes de mudança, contribui-se para a transformação social, promovendo uma cultura mais igualitária e uma cidadania plena para todas as pessoas.

A vivência escancarou o quão importante é a criação de espaços de mulheres para mulheres, nos quais exista segurança para expressar as angústias que são compartilhadas por todas nós. Propiciou também a criação e a percepção de redes de apoio e o fortalecimento e empoderamento das mulheres, permitindo que elas compartilhassem suas experiências, desafios e aspirações. Isso fortaleceu a voz das mulheres e as capacitou a assumir um papel ativo na luta por direitos iguais e na construção da cidadania plena, além de permitir uma maior compreensão de si e do outro, aspectos fundamentais para promover o respeito, a empatia e a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei Nº 13.718**, de 24 de setembro de 2018. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro [...]. Brasília, DF, 24 set. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 8 ago. 2006.

BRASIL. **Lei Nº 4.121**, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. [...]. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 27 ago. 1962.

CONQUISTAS do feminismo no Brasil. Nossa Causa: Curitiba, mar. 2020. Disponível em: https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gclid=Cj0KCQjwu-KiBhCsARIsAPztUF19EfC22_Jx48gE1IJpvL-Gkd2hynqNjp0bM6lntmN57C4LEJm6afcaAu0IEALw_wcB. Acesso em: 20 out. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível Invisível, 4 edição. **Datafolha**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

ONU MULHERES Brasil. **Empoderamento econômico**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico/>. Acesso em: 20 out. 2024.